

## Segurança alimentar, agricultura familiar e extensão rural

Eros Marion Mussoi<sup>(1)</sup>

**P**or muito tempo a questão da fome constituiu-se numa espécie de tabu, matéria proibida sobre a qual ninguém se atrevia a tocar de maneira mais séria. Foi então (1946) que se começou a ouvir Josué de Castro, com seu livro *Geografia da Fome*: “O silêncio sobre a fome é um silêncio premeditado, fruto de nossa cultura ocidental: os interesses e os preconceitos de ordem moral, política e econômica desta civilização fizeram da fome um tema proibido”.

O fenômeno da fome não é novo. Na verdade, existe há milhares de anos. O que Josué de Castro apontou, e mais atualmente Betinho e outros tantos descobriram e denunciaram, foi esta sua realidade como força social, o conhecimento de suas causas e de seus efeitos na marcha da história. Novo não é o fenômeno e sim a perspectiva pela qual se percebe sua trágica realidade.

Sem dúvida, é recente a importância relativa que a sociedade e, principalmente, os meios de comunicação de massa dão ao problema. Notícias como a existência de 32 milhões de miseráveis, da mulher que catava restos de cadáveres num lixão em Pernambuco para alimentar a família, de pessoas que se alimentam com ratos, estarreceram a população em meados da década de 90.

### Diagnosticando

A identificação da magnitude do problema começa com um estudo realizado em 1986 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal –, que

quantificou o número de miseráveis nos países em que atua. O estudo da Cepal considerava como famintos todos aqueles que ingeriam, diariamente, menos que 2.242 calorias, 53g de proteínas e 32g de gorduras, então recomendadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

No início da década de 90, o Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas – Ipea – juntou ao estudo da Cepal três grupos de dados: a) Censos demográficos de 1980 e 1991; b) Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios – PNAD – de 1990, do IBGE; c) Estudo nacional de despesa familiar, realizado pelo IBGE entre 1974 e 1975.

A partir da composição de uma cesta básica, em que são levadas em conta as necessidades nutricionais de cada região, os hábitos de consumo, os preços e a disponibilidade de alimentos no mercado, calculou-se o que cada família gastaria para comer a quantidade recomendada: 1,9 salário mínimo, em valores de 1990. Todas as famílias com renda igual ou inferior foram classificadas como indigentes. Resultado: isto classificava como indigente **um quinto da população brasileira**. No entanto, é fundamental diferenciar a fome da má nutrição, já que as duas são fundamentais em termos de uma política pública de segurança alimentar. Enquanto a fome é a falta generalizada de comida, desnutrição seria a ingestão insuficiente, em quantidade e/ou qualidade. Isto sem dúvida elevaria, em muito, o percentual de brasileiros com problemas alimentares. Mesmo por-

que, segundo o IBGE, estudos sobre a pobreza absoluta, utilizando a linha de pobreza única (equivalente, em valor *per capita*, a um quarto do maior salário mínimo vigente no País em 1980) e de valor reconhecidamente baixo para garantir o atendimento das necessidades básicas, pelo menos em áreas metropolitanas, onde se concentram cerca de 30% da população brasileira, mostram que o número de pobres no Brasil teria evoluído de 29,4 milhões em 1980 para 39,2 milhões em 1990.

A perda crescente de poder aquisitivo da população, aliada a um processo drástico de concentração de renda, explica de forma definitiva a principal causa das dificuldades no atendimento das necessidades básicas e o efetivo decréscimo do padrão nutricional.

A evolução do salário mínimo com respeito a seu poder aquisitivo de alimentos pode ser verificada relacionando-se o custo da ração alimentar individual com o salário mínimo. Sendo assim, em 1959 a ração alimentícia básica representava 27% do salário mínimo, em 1967, 40%, em 1974, 62%, em 1980, 66% e em 1981, 81%. Tomando-se como base as pessoas que ganham até meio salário mínimo, verifica-se que em áreas rurais a proporção de pobres varia de um mínimo de 48% para a Região Sul a 84% para o Nordeste.

Estas informações permitem vislumbrar um quadro de calamidade social, que tende a se agravar à medida que são assumidas posturas liberalizantes e que não se enfrentem de maneira decisiva questões de fundo, como será tratado adiante.

<sup>(1)</sup>Eng. agr., Dr., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5533, fax: (048) 239-5597, e-mail: eros@epagri.rct-sc.br.

Dados recentes do Projeto Fome Zero apontam que há no País 54,4 milhões de pessoas que não possuem renda suficiente para os gastos básicos com alimentação, vestuário, moradia e saúde, dos quais cerca da metade, ou 24 milhões de pessoas, não têm renda suficiente sequer para se alimentar adequadamente.

## Procurando entender

Quando se trata a questão fome/deficiência alimentar, é freqüente tentar buscar resposta na maior produção de alimentos e no controle populacional, a partir de idéias *malthusianas*. No entanto, o que se verifica num quadro histórico é que há um declínio na taxa de crescimento demográfico no País, situando-se esta em 1,9% na década de 80, contra 2,5% na década de 70, 2,9% na década de 60 e 3% na década de 50. Este declínio está associado à queda da taxa de fecundidade total, que passou de 6,2 filhos em média por mulher, nas décadas de 30 e 40, para 6,3 na década de 50, 5,8 na década de 60, 4,4 na década de 70 e 2,7 filhos por mulher na década de 80.

A agricultura, apesar da falta de uma política de médio e longo prazos, vem cumprindo o seu papel. Conforme o Projeto Fome Zero, a partir da disponibilidade de alimentos no País, tomando como base os dados de produção local, o saldo comercial agrícola e os estoques de alimentos, está em 2.960kcal a disponibilidade de alimentos por pessoa e por dia, muito acima, portanto, do mínimo recomendado pela FAO de 1.900kcal diárias. Se a disponibilidade interna "bruta" de alimentos é superior às necessidades médias diárias da população em termos de proteínas e calorias, o problema se situa noutra questão fundamental. A questão é que o uso de parâmetros "médios", no caso brasileiro, oculta uma situação paradoxal em que, em algu-

mas regiões, populações mais pobres consomem 1.240kcal (ou nem isto) enquanto os mais ricos consomem até 4.290kcal/dia.

Observando-se a relação internacional "Norte-Sul", países desenvolvidos/países em desenvolvimento, pode-se verificar situação semelhante em termos nutricionais e em termos de apropriação do alimento produzido, visto que 24 países considerados ricos, o chamado "Norte", consomem 60% da produção mundial de alimentos, ainda que tenham 15% da população.

A situação brasileira aponta que, nas últimas décadas, a agricultura vem apresentando ganhos significativos de produtividade e de produção. Sem dúvida, isto se deve à produção e à incorporação de novos conhecimentos técnico-científicos, além da ampliação e intensificação das áreas de cultivos. No entanto, dados da década de 90 apontavam que este crescimento de produção não era acompanhado pela renda auferida pelo setor agrícola. Pelo contrário, relacionando-se a evolução da produtividade e da produção do setor agrícola, pode-se perceber que a renda proveniente do valor da produção é inversamente proporcional. Por exemplo, no período referente a 1982/94 (em que a produção e a produtividade cresceram significativamente), o valor da produção caiu a uma taxa de 5,46% ao ano e os preços pagos ao produtor desabaram à taxa média de 8,76% ao ano. Sintetizando: a produção cresceu 33% e a renda do setor caiu 42%. Esta tendência é drasticamente preocupante para um país que não tem uma clara política de segurança alimentar e, por isto, passa fome. Isto, sem dúvida, reflete consequências do modelo de desenvolvimento e das políticas públicas que viabilizaram este modelo, principalmente nas últimas quatro décadas. Este modelo impôs à agricultura um novo dinamismo do ponto de vista técnico-econômico, que determinou transformações significativas para determinada

parcela do setor agropecuário, beneficiando atividades dinâmicas (de exportação e/ou vinculadas à agroindústria de transformação), beneficiando também o capital financeiro e as corporações que industrializam e comercializam insumos agrícolas. Por outro lado, o modelo mostrou-se agressivo ambientalmente e crescentemente excludente, tendo em vista que marginaliza dos seus "benefícios" boa parte da agricultura familiar, justamente aquela que é responsável por 85% da produção de alimentos da cesta básica e de grande importância regional/local. Esta "opção política" determina uma queda relativa na disponibilidade *per capita* dos produtos voltados à alimentação básica.

É evidente que a agricultura (principalmente a de base familiar) tem muito a contribuir na superação desta problemática geral, seja pelo aumento qualificado da produção de alimentos, seja pela diversificação da produção respeitando as especificidades, potencialidades e necessidades regionais/locais, seja pelo resgate de culturas alimentares, hábitos e produção local, seja pela oferta interna de empregos no setor ou intersetorialmente (pela agregação de valor via agroindustrialização descentralizada, interiorizada e observada na perspectiva de redes).

Por *produção qualificada de alimentos* se entende uma nova e realmente moderna perspectiva de produção de alimentos de forma massiva dentro de uma base ecológica. Os alimentos ecológicos não podem mais ser de acesso exclusivo de populações de média e alta renda. Com isto, deve ficar claro para o debate a relação fundamental entre segurança alimentar e agricultura familiar. A agricultura familiar representada por mais de 4 milhões de agricultores e agricultoras no País, pelas suas características específicas e regionais, significa um efetivo potencial da erradicação da

fome. A agricultura familiar, pela sua especificidade espacial (encontrando-se em todas as regiões do País), produtiva (produção altamente diversificada) e de conhecimento (um conhecimento próprio, construído historicamente e com um poder de adaptação a situações e especificidades regionais/locais) deve ter uma atenção prioritária em termos de um programa de segurança alimentar.

Políticas diferenciadas e permanentes para apoio a este tipo de agricultura são fundamentais. O repensar da pesquisa agropecuária, procurando priorizar a adaptação do conhecimento gerado à (e da) agricultura familiar e agroecológica, uma política de extensão rural de natureza pública, gratuita e de qualidade, procurando a transição para estilos de agricultura mais sustentáveis e ecológicos, uma política de crédito rural adequada a estas novas necessidades, políticas de estímulo à organização social e ao associativismo e políticas de abastecimento que proporcionem uma relação mais direta entre agricultores familiares e consumidores poderão trazer uma nova dinâmica num Programa Geral de Segurança Alimentar.

No caso específico da extensão rural como política pública, é de considerar sua particularidade, uma vez que, pela capilaridade característica deste tipo de serviço público, é a forma mais eficiente de possibilitar que os demais instrumentos de política pública tenham a penetrabilidade e a descentralização necessárias, atingindo assim seus objetivos. Além disto, e principalmente, a extensão rural pública e gratuita deve ser um instrumento de animação de processos de desenvolvimento rural sustentável, por meio de metodologias participativas e dialógicas nas quais o conhecimento técnico-científico é sinteti-

zado com o saber popular, produzindo assim uma nova dinâmica pedagógica e epistemológica (e aqui assume uma natureza fundamental a concepção de perfeita articulação com a pesquisa participativa), que traz o verdadeiro protagonismo das populações e o necessário controle social.

## Novos paradigmas na superação da fome

A complexidade do problema nos leva à conclusão de que a superação da fome (e a busca da cidadania plena) não virá, única e exclusivamente, pela maior produção, melhor distribuição de alimentos e/ou por programas assistencialistas. Estes fatores, fundamentais num enfoque emergencial, são insuficientes como componente estratégico.

Torna-se necessário pensar em perspectivas mais abrangentes e integradoras, a partir de uma série de fatores que possibilitem rever o próprio modelo de desenvolvimento e suas conseqüências, de forma a recuperar algumas dimensões fundamentais. O resgate da enorme dívida social com a camada historicamente marginalizada e as dimensões ambiental, econômica, cultural e política precisam ser considerados, na busca de um desenvolvimento sustentável, abrangente e justo socialmente. Correndo alguns riscos de omissão e superficialidade, a seguir são enumerados pontos que não podem ser esquecidos no enfrentamento da fome:

- é fundamental a formulação de uma política de segurança alimentar de médio e longo prazos, objetivando o acesso, a todas as pessoas e em todos os momentos, a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável;
- é necessário rever o modelo alimentar que está sendo gradativamente imposto por corporações nacionais e internacionais (que, por

questões mais de lucro do que qualidade nutricional, estão “copiando” os padrões alimentares consumistas e industrializados de países desenvolvidos), procurando-se estimular as potencialidades, os produtos regionais e os hábitos alimentares próprios<sup>(2)</sup>;

- a questão da concentração fundiária não suporta mais adiamento. Ou se dá uso social à terra, permitindo o seu acesso a quem efetivamente nela produz e trabalha, dando-se apoio creditício e tecnológico adequado, ou condena-se o País à dependência alimentar, condenando-se também uma camada da população cada vez maior a uma vida subumana, seja no campo ou seja na cidade;

- é imperativo interiorizar-se o desenvolvimento para o meio rural/pequenas cidades; é preciso proporcionar condições dignas de vida e perspectivas para quem tem no meio rural sua forma de vida. Saúde, saneamento, habitação, lazer, comunicação e educação (dentro de uma nova perspectiva de escola adequada ao meio rural em todos os níveis) precisam ser interiorizados;

- a formulação de políticas públicas estimulantes (e mesmo compensatórias) que caracterizem um apoio diferenciado à agricultura familiar e à produção de alimentos básicos, ao lado de uma política justa de preços, torna-se fundamental num programa de segurança alimentar;

- buscar políticas que aumentem a geração de empregos no meio rural (seja pela reforma agrária, seja pelo uso de força de trabalho no próprio processo de produção ou pela interiorização da indústria processadora/agregadora de valor);

- é necessária a recomposição de uma política nacional de extensão rural, instrumento fundamental na interiorização das demais políticas públicas para a agricul-

<sup>(2)</sup>No mundo existem 80 mil espécies alimentares. No entanto, o padrão ocidental urbano-industrial está determinando que 90% da alimentação mundial esteja concentrada em 50 espécies.

tura familiar. A extensão rural deverá ser preocupação do Estado (nos seus três níveis federativos), portanto pública e gratuita, e seguir princípios de descentralização administrativo-gerencial, sendo capilar e com alto controle social, seguindo uma pedagogia construtivista, que harmonize o saber popular e o conhecimento técnico-científico, buscando favorecer uma transição do modelo convencional de desenvolvimento para uma agricultura agroecológica e sustentável;

- é necessário rever esta política desumana de achatamento salarial no meio urbano, que é fator determinante na perda do poder aquisitivo da população que, aliada a uma política séria de geração de emprego, pode formar uma nova massa consumidora (hoje subconsumidora) que traria nova dinâmica ao processo de desenvolvimento;

- dentro da dimensão política,

a superação da fome e a busca da cidadania plena só virão com uma ativa participação política de todos os cidadãos, através da emergência e colocação em prática de mecanismos de protagonismo efetivo na definição e execução de todos os projetos de desenvolvimento, em todos os seus momentos;

- o pano de fundo geral do processo de desenvolvimento implica em um novo tratamento à questão ambiental, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, de maneira que os recursos sejam utilizados de forma equilibrada e responsável, garantindo às gerações futuras a sua sustentabilidade e a garantia de diversidade;

- é necessária uma política clara que estimule a transição agroecológica em termos de concepção do processo produtivo agrícola, pecuário, pesqueiro e florestal. O acesso a alimentos e produtos agroecológicos não deve ser privilégio de minorias.

## Literatura consultada

1. Castro, A.M. de (Org.). *Fome, um tema proibido* – Últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis: Vozes, 1984. 154p.
2. Castro, J. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968. 1v.
3. George, S. *O mercado da fome* – as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 307p.
4. INSTITUTO DA CIDADANIA. *Projeto Fome Zero* – uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

□

# Para que o seu projeto saia do papel, é fácil. Fale com a Fundagro.

Quem trabalha no setor agropecuário precisa de apoio. A principal especialidade da Fundagro é a parceria. Além de viabilizar projetos tecnológicos, ambientais e de extensão rural, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável sabe valorizar as boas idéias. Se você quer que a sua idéia receba atenção especial, converse com a gente.

Visite nosso site: [www.fundagro.org.br](http://www.fundagro.org.br)



**Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina**

Rodovia Admar Gonzaga, 1.188, Itacorubi  
88034-901 Florianópolis, SC  
Fone: (048) 239-8090/334-0711